

ENTREVISTA

Reinaldo Gonçalves*

Crise do Capital, disputa de destino e desafios para os trabalhadores

Desde 2007, temos acompanhado as notícias sobre a mais profunda crise do capitalismo, segundo analistas de todos os matizes, desde a grande depressão de 1929. A crise tem seu estopim no mercado financeiro, por meio do esgotamento do crédito, e no epicentro do sistema, a potência econômico-militar norte-americana. E se alastra obrigando muitos que dormiram neoliberais num dia a acordarem keynesianos no outro, reivindicando mais do que nunca o suporte do fundo público dos Estados nacionais. A crise abre uma onda de falências, concordatas, aquisições e fusões, num profundo processo de concentração de capitais, no mesmo passo em que o desemprego se alastra como uma epidemia. As manifestações de trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos no dia 1º de maio de 2009, muitas delas radicalizadas e unificadas como há muito não se via, não deixam dúvidas sobre o impacto da crise sobre os trabalhadores, que buscam recompor sua organização política após anos de fragmentação, complexificação e heterogeneização. A profundidade da crise foi subestimada no Brasil supostamente blindado pela gestão eficiente da política econômica, articulada à transferência de renda como eixo da política social. Será? Para comentar esses processos e alimentar nossa compreensão de seus significados e repercussões presentes e futuras, convidamos o economista Reinaldo Gonçalves, professor titular de Economia Internacional da UFRJ, autor de mais de três centenas de trabalhos publicados em 21 países, e com nove livros publicados no Brasil, em geral sobre a economia política brasileira e sua relação com o cenário internacional. Reinaldo Gonçalves nos alerta para a longa duração desta crise e para a fragilidade das respostas brasileiras, enquanto se centram no favorecimento aos bancos e ao agronegócio. Convidamos o leitor a conhecer a interpretação polêmica e instigante de Reinaldo Gonçalves sobre estes tempos difíceis para o Brasil e o mundo. Entrevista realizada virtualmente por Elaine Rossetti Behring, em 30 de junho de 2009.

* Professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço postal: Instituto de Economia Industrial, Av. Pasteur 250, Urca, Rio de Janeiro, CEP: 22290-240. Endereço eletrônico: reinaldo.goncalves1@gmail.com

Em Pauta: Compara-se a crise do capital que estamos vivendo com a crise de 1929/32, e há uma intensa disputa em torno da saída da crise, envolvendo análises e proposições liberais, keynesianas e neo-desenvolvimentistas, e marxistas. Há também certo resgate do conceito de destruição criadora em Schumpeter, para debater a crise. Dizem até que alguns dormiram liberais e acordaram keynesianos no último ano. Isto posto: 1. Essa comparação é pertinente?

Reinaldo Gonçalves: Penso que a comparação com a crise de 1929 não seja pertinente. A crise de 1929, como a maior parte das crises capitalistas, foi causada por problemas no lado real da economia. Ou seja, há o problema de realização do capital com a falta de gastos na economia que provocam queda dos investimentos privados. A queda destes investimentos repercute negativamente na renda e, portanto, no consumo. Antes da crise do mercado de capitais dos Estados Unidos em 1929, o lado real (agricultura e indústria) já estavam em trajetória de crise. A crise da bolsa foi consequência da crise pelo lado real. A crise financeira subsequente também veio a reboque. A crise de 2007-2008 foi causada, principalmente, pelos desequilíbrios financeiros decorrentes da desregulamentação financeira. Isto não quer dizer que não tenha havido fatores estruturais ou sistêmicos que foram determinantes. A pressão crescente pela desregulamentação expressa a própria dificuldade de realização do capital na esfera real. O fato é que em 2007-2008 a eclosão da crise financeira precedeu à crise no lado real.

EP: 2. Qual é a sua análise da profundidade e duração temporal desta crise?

RG: A minha avaliação é que essa crise deve se estender por alguns anos. Atualmente, a ênfase está nas políticas keynesianas. O *keynesianismo* reaparece com toda força nas fases descendentes dos ciclos econômicos. Conservadores e keynesianos são primos irmãos ou, como alguns keynesianos preferem dizer: conservadores e keynesianos são primos carnis. Basicamente, a terapia keynesiana consiste na ampliação dos gastos públicos e redução de impostos. A saída keynesiana tem fôlego curto. A experiência dos Estados Unidos nos anos 1930 mostrou que o *New Deal* não foi suficiente para tirar a economia estadunidense da grave crise econômica. A macro-saída ocorreu inicialmente com a venda de equipamentos bélicos para a Europa a partir de 1938 e, posteriormente, com a entrada dos EUA na guerra a partir de 1941. A própria experiência do Japão a partir de 1991 é exemplo recente do efeito limitado de déficits públicos para se enfrentar crises de maior gravidade. De fato, a terapia keynesiana tem fôlego curto por, fundamentalmente, duas razões. A primeira é que o aumento dos gastos associado ao déficit público provoca endividamento e, portanto, tende a elevar a propensão a poupar dos grupos de renda mais alta. Estes grupos procuram se proteger de cargas tributárias mais elevadas no futuro com a maior poupança no presente. A segunda razão para o fôlego curto da política keynesiana é o risco da expansão de gastos ser abortada pela elevação da taxa de juro. A elevação da taxa de juro pode resultar seja do aumento do próprio endividamento público (percepção de risco maior) seja da pressão inflacionária (resultante da falta de sincronia entre expansão da demanda e da oferta agregada) que gera política monetária restritiva. Assim, mudanças comportamentais e medidas monetárias restritivas anulam políticas fiscais expansionistas.

EP: Subjacente ao debate das correntes teóricas da economia política, há uma disputa de destino. Como você se coloca nesse debate?

RG: Como discuti no meu livro *Vagão Descarrilhado* (Editora Record, 2002), há cinco saídas básicas para crises de acumulação. A primeira é o conhecido “remédio keynesiano”, com políticas fiscais expansionistas e déficits públicos. A expansão dos investimentos públicos é uma das principais formas de se realizar esta saída para a crise. A segunda saída é o “remédio schumpeteriano” de indução do processo de destruição criadora, por meio do qual se promove uma nova onda de inovações tecnológicas e organizacionais capaz de aumentar os gastos (consumo e investimento). O terceiro remédio encontra-se no *front* externo e procura transformar as exportações na locomotiva da economia nacional. Neste sentido, as economias avançadas devem procurar alcançar uma trajetória de crescente competitividade internacional. A maior dificuldade é que no contexto internacional atual há crescentes obstáculos para este tipo de estratégia, pois a maioria dos países procura explorá-la no limite. Restrições pelo lado da demanda também são cada vez maiores tendo em vista o lento crescimento da economia mundial, suas flutuações cíclicas e as ondas de protecionismo. O quarto remédio é a guerra. Este remédio também pode ser aplicado em doses homeopáticas (exemplos: Coreia nos anos 1950, Vietnã nos anos 1960, Oriente Médio nos anos 1970, “guerra nas estrelas” nos anos 1980, guerra do Golfo no início dos anos 1990 e dos Balcãs no final dos anos 1990). O tratamento alopático corresponde aos conflitos de alto impacto: Primeira e Segunda Guerras Mundiais, bem como a Guerra Fria. O quinto e último remédio é a distribuição de renda e riqueza. Ainda que esta resposta seja muito mais efetiva em economias atrasadas, com populações pobres e enormes desigualdades, ela pode ter algum impacto nas economias maduras. O Estado de bem-estar social desenvolvido, principalmente pelos social-democratas na Europa após a Segunda Guerra Mundial, é um exemplo paradigmático. Projetos socialistas tendem, naturalmente, a se ancorar nesta via para realizar transformações estruturais. A redução da jornada de trabalho e as reformas tributárias com maior progressividade fazem parte do menu de políticas. O problema central é de natureza política. Tenho “preferência revelada” por este último.

EP: É possível afirmar que estão sendo desencadeadas saídas diferentes para a crise nos Estados Unidos, optando por uma espécie de neo-keynesianismo (do que seriam exemplos a emissão de moeda e a recente estatização da General Motors), e na Europa, mantendo certo conservadorismo monetarista na condução do processo?

RG: Na realidade, não parece haver diferenças marcantes nos pacotes usados na Europa e nos Estados Unidos. O saldo é favorável para os EUA quando se considera que no pacote do Obama há ênfase nos investimentos em ciência e tecnologia, proteção ao meio ambiente e mudança na matriz energética.

EP: Qual é a importância da China no cenário da crise do capital, considerando a entrada massiva no circuito do valor de uma força de trabalho gigantesca e hiper-explorada? Aí reside um elemento explicativo da crise?

RG: A internacionalização da produção da China tem sido gradual desde 1978. Penso que a China não contribuiu para a crise, da mesma forma que não contribuirá

para a saída da crise. A China é um vagão de 1ª classe da economia mundial e, portanto, altamente dependente da locomotiva (EUA) e das sublocomotivas (Europa e Japão). A China não é causa nem solução para a crise atual.

EP: As primeiras manifestações do governo brasileiro sobre os impactos da crise entre nós aparentemente subestimaram sua intensidade? A macroeconomia do Plano Real e sua gestão atual são capazes de controlar esses impactos?

RG: Até agora todas as avaliações do Governo Lula a respeito da crise fracassaram. A primeira é que a crise mundial não atingiria o país. A segunda é que, tendo atingido, o impacto seria pequeno. E a terceira é que o país seria um dos primeiros a sair da crise. A evidência a respeito da queda da renda e do aumento do desemprego mostra o rápido e grande impacto da crise no país. Minha hipótese é que o Brasil será um dos últimos países a sair da crise. Há alguns fatores: fragilidades sistêmicas do país (e.g., baixa taxa de investimento, ineficiências múltiplas, degradação institucional), vulnerabilidade externa estrutural, falta de governança, eleições em 2010 (variabilidade de expectativas) e novo governo em 2011. Nos próximos meses ficará cada vez mais evidente a “herança trágica” de Lula e, portanto, ficará cada vez mais difícil a cooptação e a maquiagem dos problemas.

EP: Em seu livro com Luís Filgueiras sobre a economia política do Governo Lula, vocês desenvolvem o conceito de vulnerabilidade externa estrutural. Como ele pode nos auxiliar a compreender os impactos da crise no Brasil?

RG: Como destacado no livro *A economia política do Governo Lula* (Ed. Contraponto, 2007), a vulnerabilidade externa estrutural decorre das mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. A vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Ela é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo. O fato é que no governo Lula a maior competitividade internacional está centrada nos produtos intensivos em recursos naturais e se deu, no essencial, mantendo o mesmo padrão de especialização já existente anteriormente, isto é, sem alterações significativas da densidade tecnológica da pauta de exportação. Portanto, não houve mudanças importantes no padrão de comércio exterior por meio da maior diversificação e densidade tecnológica das exportações. Este fato reduz a possibilidade do país para sair da crise atual, que tem dimensão global e atinge em cheio o sistema mundial de comércio.

EP: Neste mesmo livro, vocês comentam as características da política social brasileira de forma crítica, em especial a ênfase na transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família. Num mundo que não oferece trabalho para todos, em especial nesse contexto de crise, como você vê a condição da política social?

RG: A nossa avaliação é que a política social do Governo Lula desloca a disputa entre capital e trabalho, própria das sociedades capitalistas, para o âmbito interno da classe trabalhadora. Esta política transforma a disputa de classes em um conflito

distributivo intra-classe trabalhadora visto que opõe os seus vários estratos: assalariados com rendimentos mais elevados *versus* mais reduzidos, trabalhadores qualificados *versus* não-qualificados, trabalhadores formais *versus* informais, participantes *versus* não participantes da seguridade social, trabalhadores do setor público *versus* do setor privado, etc. Todas elas, clivagens reais ou imaginárias, explicitadas ou criadas pelo capital e sua política, fragmentam a classe trabalhadora e estimulam e açulam a disputa entre os seus diversos segmentos.

EP: Qual o impacto da crise para a política social e qual seria o perfil de política social necessário a um país com a dimensão da desigualdade social brasileira?

RG: O neoliberalismo tem um lado social que amplia e aprofunda as políticas focalizadas. Ademais, a dinâmica política do Governo Lula enfraqueceu a classe trabalhadora, inclusive, por meio do neopeleguismo (cooptação das centrais e líderes sindicais) e da fragilização das representações da sociedade civil. Se tivéssemos um governo de esquerda poderíamos avançar no sentido de medidas que estimulassem os gastos da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, transferissem riqueza, renda e poder para esta classe. Na crise alguns setores dominantes se fragilizam (por exemplo, agronegócio e bancos). Esta é a oportunidade para se promover os interesses da classe trabalhadora. Lamentavelmente, o que o Governo Lula tem feito é, antes de mais nada, favorecer os setores dominantes.

EP: Falando na desigualdade brasileira, há uma afirmação corrente de que ela diminuiu nos últimos anos, a partir da transferência de renda, do aumento do salário mínimo e seu impacto sobre os benefícios previdenciários e de alguns programas de caráter “desenvolvimentista” como o PAC. Qual é a sua opinião sobre isso?

RG: Pode-se constatar que a recuperação do mercado de trabalho, em particular do emprego formal e do rendimento médio real dos trabalhadores, ocorrida a partir de 2005, não conseguiu retomar os níveis de 1996. A melhora na distribuição de renda se deu em razão, fundamentalmente, da desconcentração dos rendimentos referentes ao trabalho; a distribuição funcional da renda piorou ou, no máximo, se manteve. Num contexto de manutenção da mesma estrutura agrária e tributária, as políticas sociais focalizadas se encaixaram funcionalmente como políticas compensatórias.

EP: Frente à crise e considerando seus efeitos materiais e subjetivos sobre o mundo do trabalho, após anos de neoliberalismo, como você percebe as possibilidades políticas dos trabalhadores entrarem nessa disputa de destino no mundo e no Brasil?

RG: Penso que haverá padrões muito diferenciados. A reação da classe trabalhadora em países europeus (por exemplo, França) é indicador do mecanismo desafio-resposta. Ou seja, frente a maiores problemas e ao risco crescente de perda de legitimidade para os grupos dirigentes, a classe trabalhadora pode ter sucesso em avançar questões estratégicas relevantes como, por exemplo, o maior controle sobre as grandes empresas e o uso social do excedente econômico. Nos Estados Unidos, frente à hegemonia do capital, as mudanças tendem a ser marginais quando se

trata das relações capital-trabalho. No futuro previsível, nenhuma mudança, sem ou com um segundo mandato para Obama. No Brasil, penso que na herança trágica do Governo Lula está a desmoralização de parte expressiva do mundo sindical (exemplo: CUT), de instrumentos (Partido dos Trabalhadores, PC do B) e de lideranças da classe trabalhadora. O pós-Lula é, na melhor das hipóteses, o tempo da classe trabalhadora tentar seu vôo de Fênix. Serão necessários muitos anos para que, junto com a revitalização do movimento social brasileiro, a classe trabalhadora consiga um mínimo de autonomia de vôo para poder escapar do pântano da pequena política brasileira. Não esqueceremos jamais que, durante oito anos de Governo Lula, lideranças da classe trabalhadora fortaleceram os setores dominantes (bancos, agro-negócio e empreiteiras), apoiaram as oligarquias retrógradas e corruptas e não fizeram mudanças estruturais. Nada mudou efetivamente no sentido da distribuição de riqueza e poder, aprofundamento da democracia e redução da vulnerabilidade externa estrutural do país. Após oito anos de Governo Lula o Brasil estará mais subdesenvolvido via fragilidades e ineficiência sistêmica da economia, vulnerabilidade externa estrutural, esgarçamento do tecido social, consolidação da pequena política, deterioração das instituições e degradação ética.